



EDITAL DO PREGÃO Nº 036/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 142/2019
UASG: 984675

O Município de Itaúna, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, usando a competência delegada pelo Decreto Municipal nº 6.666/17, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, com **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente a Lei Federal nº 10.520/02, a Lei Federal nº 8.666/93 com as devidas alterações o Decreto Municipal nº 6.016/14, à Lei Complementar nº 123/06, à Lei Complementar Municipal nº 47/08, Lei Complementar nº 147/14, e subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes.

Envio eletrônico das propostas: a partir da publicação do edital no endereço eletrônico abaixo descrito até o dia e horário marcado para início da sessão.

Data da abertura da sessão pública do Pregão Eletrônico: / /2019

HORÁRIO DE INÍCIO: 8h30

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

1 – DO OBJETO

1.1. Aquisição de lancetas para distribuição aos portadores de Diabetes Mellitus insulino-dependentes, atendidos na Farmácia Básica, da Secretaria Municipal de Saúde; conforme descrições constantes no Anexo I deste Edital, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO POR ITEM.

1.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no site www.comprasgovernamentais.gov.br e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência – Anexo I, o licitante deverá obedecer a este último.

2 – DA PARTICIPAÇÃO E DA REPRESENTAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão, MICROEMPRESA/EMPRESAS DE PEQUENO PORTE que atenderem a todas as exigências quanto à documentação que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br e cujo objeto social esteja relacionado ao objeto do certame.

2.2. Nenhuma pessoa física ou jurídica, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma Licitante.

2.3. Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, nesta licitação ou participar do contrato dela decorrente:

2.3.1. Aquelas que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração.

2.3.2. Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme artigo 9º, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93.

2.3.3. Empresas que tenham um ou mais sócios em comum.

1/15



- 2.3.4. Que não se enquadrem na condição de Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte.
- 2.4. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.
- 2.5. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá manifestar em campo próprio do sistema até a data e horário marcados para abertura da sessão, juntamente com sua proposta:
- 2.5.1. Que é Microempresa/Empresa de Pequeno Porte;
- 2.5.2. Que está ciente e concorda com as condições previstas neste edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Item 6, deste edital;
- 2.5.3. Declaração de elaboração independente da proposta;
- 2.5.4. A declaração falsa relativa os subitens acima acarretará o licitante às sanções legais previstas neste edital.
- 2.6. Às empresas de Responsabilidade Individual será dado o mesmo tratamento de microempresa/empresa de pequeno porte, desde que também presente a declaração constante no item acima.
- 2.7. A identificação das microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparados na sessão pública do Pregão eletrônico só deverá ocorrer após o encerramento dos lances, de modo a impedir a possibilidade de conluio ou fraude no procedimento.
- 2.8. Após a fase de lances, a licitante vencedora deverá encaminhar a Certidão Simplificada ou Declaração de Enquadramento de ME/EPP devidamente arquivada na Junta Comercial, via sistema, conforme item 6.15. Fica dispensada esta apresentação no caso de Microempreendedor Individual.**

3 - DO PROCESSAMENTO

- 3.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, exclusivamente [no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).
- 3.2. A comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 3.3. O licitante deverá estar previamente credenciado no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br antes da data da realização do Pregão.
- 3.3.1. O credenciamento far-se-á mediante a atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverá informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 3.3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.
- 3.3.3. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de Itaúna responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.4. Aberta a sessão o(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.
- 3.5. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 3.6. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) Pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lance.
- 3.7. Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 3.8. Na formulação dos lances a importância deverá corresponder ao valor total a ser ofertado para o item ou grupo/lote, quando for o caso;

2/15



- 3.9.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.
- 3.10.** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.
- 3.11.** A desistência em apresentar lance implicará exclusão da Licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado para efeito de ordenação das propostas.
- 3.12.** Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.
- 3.13.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 3.14.** A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;
- 3.15.** O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, **aleatoriamente determinado pelo sistema**, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 3.16.** O(a) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível a realização de eventual diligência.
- 3.17.** Realizada a diligência, o(a) Pregoeiro(a) notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública.
- 3.18.** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retomando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;
- 3.19.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no site www.comprasgovernamentais.gov.br;
- 3.20.** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 3.21.** Após o encerramento da etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.
- 3.21.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

4 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 4.1.** O licitante deverá, na forma expressa no sistema eletrônico, apresentar a proposta de preços contendo a descrição do produto/serviço ofertado, indicando a marca/modelo quando solicitado no Anexo II deste Edital, quantidades, prazos de validade quando solicitado, de garantia e de entrega, no que for aplicável, bem como os valores unitários e totais.
- 4.1.1.** Toda proposta deverá ser inserida no sistema constando:
- a) os valores totais por item, quando o julgamento for por item ou global por item;
 - b) os valores totais por lote, quando o julgamento for por lote;
 - c) o valor global (quando o julgamento for global).
- 4.2.** As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.
- 4.3.** O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome durante a sessão pública, assumindo como firme e verdadeiras suas propostas e lances.



4.4. A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA IMPLICARÁ NA PLENA ACEITAÇÃO, POR PARTE DA LICITANTE, DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

4.5. Quando o julgamento for por item é facultado ao licitante cotar todos, alguns, ou somente um dos itens definidos no Termo de Referência - Anexo I, do Edital.

4.6 Nos preços ofertados já deverão estar inclusos os impostos, fretes, taxas, seguros e as despesas decorrentes da execução do objeto.

4.7. As propostas terão validade de, no mínimo, 60(sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

4.7.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

4.8. Qualquer elemento que possa identificar o licitante durante a fase de lances importa a desclassificação da proposta.

4.9. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.10. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

4.11. Após o encerramento da fase de lances, a licitante deverá enviar a Proposta de Preços Detalhada (modelo constante no ANEXO II deste Edital), atualizada em conformidade com o lance eventualmente ofertado, no prazo de 2 (duas) horas, contadas do momento da convocação pelo(a) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema eletrônico, e deverá:

a) Indicar nome ou razão social da proponente, endereço completo, telefone/fax e endereço eletrônico e-mail para contato.

b) Ser representada em moeda corrente nacional (R\$), expressos em algarismos e por extenso, em valores até 02 (duas) casas decimais após a vírgula. Havendo divergência entre os valores expressos em algarismo e por extenso, será considerado este último e no caso de divergência entre valores unitários e totais serão considerados os valores unitários;

c) Constar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços/marcas, ou qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado;

d) Constar o prazo de validade que deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias;

e) Constar marca/modelo/fabricante, quando solicitado no Anexo II;

4.12. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão tidos como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os materiais ser fornecidos ao Município de Itaúna sem ônus adicionais.

5 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1. As propostas serão julgadas e adjudicadas considerando-se o **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme valores finais no **Anexo II – Modelo de Proposta Comercial**.

5.2. No julgamento das propostas, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

5.5. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes nas Cláusulas 13 e 14 deste Edital.

5.6. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a proposta será desclassificada.

5.7. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa em Sessão e na proposta específica, prevalecerá a da proposta.

4/15



5.8. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste Edital e seus Anexos.

6 – DA HABILITAÇÃO

6.1. A habilitação dos licitantes, durante a sessão, será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação complementar quando especificada neste edital.

6.2. O licitante que esteja com a habilitação parcial e com documentação obrigatória válida junto ao SICAF, na qualificação compatível com o objeto deste certame, ficará dispensado da apresentação dos documentos relativos à habilitação jurídica e regularidade fiscal, não estando desobrigado de enviar a documentação complementar prevista nos subitens 6.3.3, 6.3.4, 6.3.5. e 6.3.6. deste item logo após o encerramento da fase de lances, via sistema.

6.3. Os documentos de habilitação consistem em:

6.3.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.3.2 - REGULARIDADE FISCAL

- Certidão conjunta como Prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS) e Regularidade com a Fazenda Federal, observada sua validade.
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), observada sua validade;
- Prova de regularidade para com as Fazendas Municipal e Estadual/Distrital, observada sua validade.

6.3.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da Sede da pessoa jurídica.

OBS.: Quando o órgão expedidor emitir somente a certidão Cível sem identificar que se trata de Falência, esta Certidão deverá vir acompanhada de documento do órgão expedidor confirmando que a CN Cível emitida inclui Falência.

6.3.4 - CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII, DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL/88

- Declaração da empresa licitante de que cumpre o disposto no inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal/88, no que diz respeito ao trabalho de menores, conforme Anexo III deste Edital. Este anexo poderá ser preenchido também via sistema e terá a mesma validade, sendo dispensado, neste caso, o envio do solicitado no item 6.2 e 6.15.

6.3.5 - REGULARIDADE TRABALHISTA

- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, na forma do artigo 29, V, da Lei Federal nº 8.666/93, com a redação dada pela Lei Federal nº 12.440/2011. Caso a licitante já tenha esta



Certidão cadastrada no SICAF e em validade, sendo dispensado, neste caso, o envio do solicitado no item 6.2 e 6.15.

6.3.6 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que a licitante forneceu /fornece materiais compatíveis com o objeto da licitação.
- **Alvará Sanitário da Licitante emitido pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual**
- Registro do produto emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, ou cópia de sua publicação completa no Diário Oficial da União, com despacho da concessão de Registro, observada sua validade, ou Certificado de isenção do registro, conforme disposto na Portaria do Ministério da Saúde nº 2814, de 29/05/98.

- No caso de registros que estejam eventualmente vencidos, a licitante deverá apresentar o Certificado de Registro acompanhado do Protocolo de Renovação de Registro dos produtos, nos termos do disposto no § 6º do artigo 14 do Decreto nº 79.094, de 05 de janeiro de 1977.

-OS CERTIFICADOS DE REGISTRO PUBLICADOS NO D.O.U. DEVERÃO ESTAR INDISCUTIVELMENTE LEGÍVEIS, PODENDO NÃO SER ACEITOS COMO CUMPRIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME EM CAUSA (SERÃO ACEITOS TAMBÉM CERTIFICADOS DE REGISTRO OBTIDOS PELA INTERNET, NO SITE DA ANVISA).

6.4. A regularidade quanto à habilitação jurídica e fiscal, na forma e condições estabelecidas nos subitens 6.3.1 e 6.3.2, da Declaração do item 6.3.4 e da Certidão do item 6.3.5, será verificada através de consulta “on-line” no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.

6.4.1. Será assegurada à licitante cadastrada o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada via sistema, no prazo de 02 (duas) horas a partir da convocação para apresentação de anexo(s) na sessão;

6.4.2. É facultado ao(a) Pregoeiro(a) a conferência de todos os documentos de habilitação através de endereços (sites) eletrônicos públicos/oficiais onde estejam disponíveis para consulta pública.

6.5. Para fins de habilitação, serão aceitas certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal e tributária emitidas pela Internet.

6.6. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

6.7. Os documentos que, por sua natureza, devem possuir prazo de validade e que não constarem esta data/prazo será considerada a validade de 90 (noventa dias) a partir da data de expedição.

6.8. Havendo irregularidade no cadastramento no SICAF, e não sendo apresentada pela licitante já cadastrada documentação atualizada que comprove a regularidade cadastral nos prazos acima estabelecidos, a licitante será inabilitada.

6.8.1. No caso de ME/EPP e equiparados declarados caso haja alguma irregularidade nos documentos fiscais e trabalhista, será assegurado o prazo e condições definidos no subitem 6.16.

6.9. A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital, será inabilitada, sem prejuízo das sanções cabíveis;

6.10. Se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora pelo(a) Pregoeiro(a), e a ela será adjudicado o objeto do certame;

6.11. Não será aceito nenhum protocolo ou solicitação de documento em substituição aos documentos relacionados no Edital;

6/15



6.12. A Administração reserva-se o direito de, julgando necessário, proceder a diligências junto aos órgãos emitentes das certidões, bem como solicitar esclarecimentos ou informações complementares relativas a quaisquer dos documentos apresentados;

6.13. Serão sanados pelo(a) Pregoeiro(a), através de informações ou diligências requeridas, quaisquer erros evidenciados como meramente formais;

6.14. Os documentos devem ser identificados com o número de Cadastro (CNPJ e CPF, conforme o caso) e nome da licitante e devem ser apresentados:

6.14.1. Se a **licitante** for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou

6.14.2. Se a **licitante** for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e os atestados de capacidade técnica (quando solicitados) que podem ser apresentados em nome e CNPJ da matriz e/ou em nome e CNPJ da filial;

6.14.3. Os documentos exigidos neste Pregão poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou pelo(a) Pregoeiro(a) ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6.15. Deverão ser enviados via sistema, após o encerramento da etapa de lances, no prazo de duas horas após a convocação, juntamente com a proposta comercial:

a) a documentação complementar constante dos itens 6.3.3, 6.3.4, 6.3.5 e 6.3.6.;

b) os documentos que estiverem desatualizados/vencidos no SICAF;

c) Certidão Simplificada ou Declaração de Enquadramento de ME/EPP devidamente arquivada na Junta Comercial.

6.16. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que estas apresentem alguma restrição, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/06 e Lei Complementar Municipal nº 47/08 e Lei Complementar 155/2016.

6.16.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será assegurado, às mesmas, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada a vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação.

6.16.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nas Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02, Decreto nº 6.016/14 e neste Edital, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação.

7 – DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

7.1. Até **03 (três) dias** úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos.

7.1.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao(a) Pregoeiro(a) Oficial exclusivamente via INTERNET para o endereço eletrônico compras@itauna.mg.gov.br.

7.2. Até **02 (dois) dias** úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o edital licitatório.

7.2.1. A impugnação do ato convocatório deste Pregão deverá ser feita exclusivamente via INTERNET para o endereço eletrônico compras@itauna.mg.gov.br.

7.2.2. Caberá ao(a) Pregoeiro(a) Oficial, juntamente com o órgão requisitante, decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.



8 - DOS RECURSOS

8.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá durante a sessão pública de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03(três) dias para apresentar as razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos documentos que sejam necessários à plena execução deste direito.

8.2. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando o(a) Pregoeiro(a) autorizado a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

8.3. Os recursos e impugnações contra a decisão do(a) Pregoeiro(a) Oficial, somente terão efeito suspensivo quanto à matéria suscitada.

8.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9 – DOS PRAZOS E DO FORNECIMENTO

9.1. A entrega do item deste Edital deverá ocorrer de forma única de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, através de Ordem de Fornecimento, que substituirá o contrato.

9.2. O objeto desta licitação deverá ser entregue no almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, situado na Avenida Manoel da Custódia, 1.119 – bairro Morada Nova, conforme Ordem de Fornecimento, no prazo de até 30 (trinta) dias após a solicitação.

9.3. O recebimento e fiscalização da correta execução do objeto deste Edital é de responsabilidade da Secretaria requisitante, em suas respectivas ordens de fornecimento/notas fiscais.

9.4. A Secretaria requisitante reserva-se o direito de não receber os materiais em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o Contrato e aplicar o disposto no artigo 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.

9.5. O não cumprimento das disposições do prazo e entrega do material sem justificativa aceita pela Secretaria, poderá ensejar o cancelamento do Contrato, e aplicação das penalidades cabíveis.

10 – DO PAGAMENTO

10.1. Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto desta licitação serão efetuados em até **30 (trinta)** após o fornecimento dos materiais constantes das Ordens de Fornecimento e apresentação da Nota Fiscal conforme abaixo:

10.1.1. Nota Fiscal Eletrônica em conformidade com o Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009 ou

10.1.2. Nota Fiscal Avulsa, emitida pela Administração Fazendária a que estiver circunscrito o estabelecimento, nos casos definidos no Comunicado da Superintendência de Arrecadação e Informações Fiscais – SAIF nº 44/11 de 08/11/11 ou

10.1.3. Nota Fiscal Modelo 1 ou 1-A para os produtos e/ou serviços não constantes do Anexo Único do Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009 ou

10.1.4. Nota Fiscal dos demais modelos dispensados da emissão da Nota Fiscal Eletrônica.

10.1.5. O devido **aceite na Nota Fiscal pela Secretaria requisitante**, nas respectivas notas fiscais, ou do devido aceite do órgão responsável pelo recebimento.

10.2. Os pagamentos somente serão efetuados por processo legal, através de depósito bancário, após recebimento definitivo do objeto licitado nas condições exigidas e apresentação dos documentos fiscais devidos.

10.3. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo para pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

11 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Não haverá reajustamento de preços

8/15



12 - DAS OBRIGAÇÕES

12.1. Da licitante vencedora:

- 12.1.1. Arcar com todas as despesas referentes ao fornecimento dos materiais/produtos.
- 12.1.2. Fazer a entrega conforme definido no Termo de Referência e no contrato, quando houver.
- 12.1.3. O item licitado deverá estar de acordo com a legislação vigente para este tipo de produto/material.
- 12.1.4. Fazer a entrega da quantidade solicitada no prazo definido de até 30 (trinta) dias após a solicitação.
- 12.1.5. Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e outros que venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os materiais/produtos.
- 12.1.6. Os materiais por ventura entregues em desacordo com o Edital ou com eventuais defeitos de fabricação, serão oportunamente restituídos ao fornecedor, com ônus para o contratado, devendo ser substituídos em até 05 (cinco) dias após o recebimento do mesmo.
- 12.1.7. **Entregar os produtos com o prazo de vencimento superior a 70% (setenta por cento) de sua validade, tempo este a ser computado com base na data de fabricação do produto.**

12.2– Do Município

- 12.2.1. Aplicar penalidades à licitante vencedora, nos termos das Cláusulas 13 e 14 deste Edital, quando ocorrer descumprimento de quaisquer das condições nele estabelecidas.
- 12.2.2. Fiscalizar a efetiva prestação dos serviços através da Secretaria requisitante, de acordo com suas respectivas Notas de Empenho/Ordens de Fornecimento, objetivando a das especificações exigidas no certame.
- 12.2.3. Efetuar os pagamentos nos termos da Cláusula 10 do presente Edital.

13 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da licitante vencedora, sujeitando-a, nos termos do artigo 87, III, da Lei Federal n.º 8.666/93, dentre outras, às seguintes penalidades:
- 13.1.1. advertência;
- 13.1.2. multas;
- 13.1.3. suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração;
- 13.1.4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14 – DA PENALIDADE DE MULTA

- 14.1. A empresa vencedora sujeitar-se-á à multa nos seguintes casos, calculada sobre o valor global do Contrato:
- a) Será de 0,034% (zero vírgula zero trinta e quatro por cento) por dia de atraso, caso venha incorrer em atraso no fornecimento dos produtos;
- b) Será de 4% (quatro por cento), caso venha se conduzir culposamente no curso do fornecimento, infringindo por negligência, imprudência ou imperícia, as Cláusulas estabelecidas no Edital;
- c) Será de 5% (cinco por cento), por se conduzir dolosamente durante o fornecimento dos produtos licitados;
- d) Será de 10% (dez por cento), caso venha a desistir do fornecimento, sem prejuízo de outras cominações legais.
- 14.2. As multas serão automaticamente descontadas dos créditos que a empresa tenha junto à Administração Municipal.



14.3. Serão considerados motivos de força maior para isenção de multa devidamente comprovados e comunicados ao CONTRATANTE:

- a) greve generalizada dos empregados da licitante vencedora;
- b) acidente que implique em retardamento do fornecimento dos produtos/materiais ou na execução dos serviços sem culpa por parte da licitante vencedora;
- c) calamidade pública.

15 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes desta licitação, correrão à conta da dotação orçamentária: 10.303.0033.2.0256.000 **3326** 33.90.32.02 da Secretaria Municipal de Saúde, específicas do Orçamento vigente do Município de Itaúna/MG.

16 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. É facultado o(a) Pregoeiro(a) Oficial ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da Sessão Pública.

16.2. Fica assegurado ao Município de Itaúna o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da legislação vigente.

16.3. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município de Itaúna não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.4. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.5. Após apresentação da proposta, não caberá desistência pelo licitante.

16.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a Sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) Oficial em contrário.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Município de Itaúna/MG.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da Sessão Pública de Pregão.

16.9. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro Contrato.

16.10. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação do objeto licitado.

16.11. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes do Decreto Municipal nº 6.016/14.

16.11.1. Aplicam-se, subsidiariamente, as normas de Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

16.12. O Foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Itaúna/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.13. Integram este Edital os seguintes Anexos:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- b) Anexo II – Modelo de Proposta Comercial;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA
ESTADO DE MINAS GERAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

c) Anexo III – Declaração de Regularidade Quanto ao Trabalho do Menor.

Itaúna/MG, 19 de junho de 2019.

Dalton Leandro Nogueira
Secretário Municipal de Administração

Fernando Meira de Faria
Secretário Municipal de Saúde



PREGÃO Nº 036/2019

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1- OBJETO

1.1. Aquisição de lancetas para distribuição aos portadores de Diabetes Mellitus insulino-dependentes, atendidos na Farmácia Básica, da Secretaria Municipal de Saúde; conforme descrições constantes neste Anexo, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO POR ITEM.

2. Motivação:

A Farmácia Básica Municipal atua diretamente na prevenção e promoção de saúde necessitando assim de insumos para monitoramento de diabetes, prestando a devida assistência à população.

3. DETALHAMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADE E VALORES.

ITE M	QUANT .	UNID.	DESCRIÇÃO
1	4.000	CX	LANCETA P/ LANCETADOR, COM ESPESSURA ULTRA-FINA, COM PONTA TRIANGULAR PARA PUNÇÃO INDOLOR, PENETRAÇÃO CONSISTENTE, FORMATO UNIVERSAL PARA A MAIORIA DOS LANCETADORES EXISTENTES, CAIXA COM 100 UNIDADES CADA

3.1. A Secretaria reserva-se o direito de só divulgar o valor estimado após o encerramento da etapa de lances, com fulcro no inc. III do art. 3º e inc. III do art. 4º da Lei 10.520/02. Precedentes: acórdão nº 1789/200 – Plenário Acórdão 3.028/2010 – Segunda Câmara e Acórdão nº 2080/2012 – Plenário, todos do Tribunal de Contas da União. Ressalvados os direitos previstos no § 3º do art. 3º e art. 63 da Lei 8.666/93.

4. As condições de entrega, prazos, pagamento e demais informações constam nos itens do edital e estão complementados abaixo:

4.1. Dentre outras já definidas neste Edital, são obrigações do Contratado:

Entregar plenamente os produtos.

Atender, no prazo de 05 dias úteis, o chamado da contratante, caso os produtos apresentarem defeitos, sem nenhum ônus para a contratante.

Os produtos porventura entregues em desacordo com este edital, ou com eventuais defeitos de fabricação, serão oportunamente restituídos ao fornecedor, com ônus para o mesmo, devendo ser substituídos em até 05 (cinco) dias após o recebimento do mesmo.

O transporte do objeto deste Edital até o local de entrega é de inteira responsabilidade da contratada;

A contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente sobre os produtos oferecidos.

Entregar os produtos com o prazo de vencimento superior a 70% (setenta por cento) de sua validade, tempo este a ser computado com base na data de fabricação do produto.

4.2. Dentre outras, já definidas neste Edital são obrigações da Contratante:

Disponibilizar a nota de empenho a contratada após o encerramento do procedimento licitatório.

Fiscalizar e inspecionar o objeto entregue podendo rejeitá-los quando estes não atenderem ao definido.

12/15



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA
ESTADO DE MINAS GERAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

Certificar-se de que a contratada entregou o objeto da licitação, em conformidade com as regras do edital.

Efetuar o pagamento ao contratado conforme o edital.

5- PRAZO DE ENTREGA, DO LOCAL DE ENTREGA

5.1. Os produtos deverão ser entregues no almoxarifado situado na Avenida Manoel da Custódia, 1.119 – bairro Morada Nova, em Itaúna/MG, no prazo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento da Ordem de Fornecimento. A entrega deverá ocorrer de forma única.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA
ESTADO DE MINAS GERAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA SUPERIOR DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

PREGÃO Nº 036/2019

ANEXO II

PROPOSTA COMERCIAL

AO (À)
SR. (A) PREGOEIRO (A) OFICIAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA/MG

Empresa: _____, situada na _____, nº _____, Bairro _____, cidade de _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, e inscrição estadual nº _____, vem por intermédio deste instrumento, apresentar sua proposta comercial a(o) PREGÃO Nº 036/2019, nos seguintes termos:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	Marca/Fabricante	Nº do Registro	Valor unitário	Valor Total do item
1	4.000	CX	LANCETA P/ LANCETADOR, COM ESPESSURA ULTRA-FINA, COM PONTA TRIANGULAR PARA PUNÇÃO INDOLOR, PENETRAÇÃO CONSISTENTE, FORMATO UNIVERSAL PARA A MAIORIA DOS LANCETADORES EXISTENTES, CAIXA COM 100 UNIDADES CADA				

A licitante declara ter pleno conhecimento e concorda com todas as normas do Edital.

Declaro que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

Validade da Proposta: 60 (Sessenta dias).

Local e Data:

Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa.
Nome da Empresa



PREGÃO Nº 036/2019

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE QUANTO AO TRABALHO DO MENOR

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

....., de de

.....
Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa.
Nome da Empresa